



**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA -SEINFRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS-CASAL**

CONCORRÊNCIA NACIONAL nº 01/2014

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, POR MEIO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, PARA
IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA
PARTE ALTA DA CIDADE DE MACEIÓ**

ANEXO VII

DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

2014



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA -SEINFRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS-CASAL

EDITAL DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA nº 01/2014

Formatado: Não Realce

ANEXO VII

DIRETRIZES PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Introdução

A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela obtenção, em tempo hábil, de todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços e obras que integram o objeto do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, exigidas pelos órgãos competentes, bem como pela manutenção de todas as licenças necessárias a sua operação, salvo nos casos em que o projeto e execução de obras seja do **PODER CONCEDENTE**.

A **CONCESSIONÁRIA** deverá informar de imediato ao **PODER CONCEDENTE** caso quaisquer das licenças a que se refere este item lhe sejam retiradas, sejam revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicando desde logo quais medidas tomou e/ou irá tomar para obtê-las.

O **PODER CONCEDENTE** poderá a qualquer momento solicitar relatório para comprovação de atendimento das condicionantes estabelecidos pelo órgão ambiental

Para obtenção das licenças, permissões e autorizações relacionadas a **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá observar as diretrizes fixadas nos seguintes normativos:

1. Legislação envolvida

- **Constituição Federal** – Artigos 20 a 26 e 225
- **Legislação Federal relacionada ao meio ambiente:**



**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA -SEINFRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS-CASAL**

- Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007 – Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências
- Decreto-Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967 - Estabelece o código de mineração.
- Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941 - Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública.
- Lei 3.924 de 26 de julho de 1961 - Estabelece que o poder público, através do IPHAN, deve proteger os monumentos arqueológicos e pré-históricos, considerados bens da União.
- Lei 4.132 de 10 de setembro de 1962 - Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação.
- Lei 4.717 de 29 de junho de 1965 - Regula a ação popular.
- Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 - Institui o código florestal.
- Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967 – Dispõe sobre a proteção à fauna.
- Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 – Estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente.
- Lei 7.347 de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- Lei 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 – Cria o Ibama – Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis.
- Lei 7.803 de 18 de julho de 1989 – Altera a redação da Lei 4.771/1965 e Revoga as Leis 6.535/1978 e 7.511/1986.
- Lei 7.804 de 18 de julho de 1989 – Altera as Leis 6.938/1981, 7.735/1989 e 6.803/1980.
- Decreto 94.076 de 05 de março de 1987 – Institui o Programa Nacional de Bacias Hidrográficas.



**GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA -SEINFRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS-CASAL**

- Decreto 95.733 de 12 de fevereiro de 1988 – Estabelece que, identificados efeitos negativos de natureza ambiental, cultural e social, serão incluídos no orçamento dos projetos e obras federais a destinação de no mínimo 1% deste para a prevenção ou correção desses efeitos.
- Decreto 97.634 de 10 de abril de 1989 – Dispõe sobre o controle da produção e da comercialização de substância que comporta risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- Decreto 78 de 05 de abril de 1991 – Aprova a Estrutura Regimental do Ibama.

- **Legislação Estadual**

- Lei no 4.090/79 - Dispõe sobre a Proteção do Meio Ambiente do Estado de Alagoas.
- Lei no 4.682/85 - Declara protegidas as áreas com vegetação de Mangue no Estado de Alagoas e dá outras providências.
- Lei nº 5.310/91 - Institui o replantio e manutenção de Áreas Verdes e Florestais em 20% (vinte por cento) de sua totalidade e dá outras providências.
- Lei nº 5.333/92 - Dispõe sobre a base de cálculo das sanções pecuniárias da Legislação Ambiental.
- Decreto no 5.965/97 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e dá outras providências.
- Decreto no 6.787/06 - Dispõe sobre a consolidação dos procedimentos adotados quanto ao licenciamento ambiental e das infrações.
- Decreto no 3.908/79 - Institui o Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades Poluidoras ou Potencialmente Poluidoras – SELAP.
- Decreto no 4.302/80 - Regulamenta a Lei nº 4.090, de 05 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o Meio Ambiente no Estado de Alagoas e dá providências correlatas.

- **CONSULTAS POSSIVELMENTE NECESSÁRIAS**



GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA -SEINFRA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS-CASAL

Fundamentando-se nos dispositivos constitucionais e legais supracitados, poderá ser necessário consultar:

- **IPHAN** – Solicitar pronunciamento quanto à ocorrência de sítios arqueológicos e pré-históricos
- **DSPU** – Solicitar cessão de uso e servidões quanto aos lagos e terrenos marginais e praias fluviais, além de outros bens da União que porventura existirem (Captação e Sistema Adutor).
- **Governo do Estado / SEINFRA** – Encaminhamento dos casos de desapropriação por interesse público ou por interesse social.
- **IMA** – Solicitar Termo de Referência para o Licenciamento Ambiental de todo o sistema e requerer as referidas licenças.
- **Prefeitura Municipal de Maceió** – Autorização para utilização das vias públicas pavimentadas ou não, além dos passeios públicos (se for caso), para implantação do sistema de esgotamento sanitário.